

JORNAL INDÍGENA

Edição especial

Abril — 1987

ARQUIVO CEDI



POVO KR

O Brasil não foi descoberto, foi invadido.

(Angelo Kretã — líder do povo Kaingang do Rio Grande do Sul, assassinado em 1979, em defesa de sua gente).

Quando o povo europeu chegou aqui, viviam nesse espaço que hoje é chamado de Brasil, cerca de 900 nações indígenas, com línguas, costumes, religião, organização social e política diferentes, talvez mais de 10 milhões de pessoas, em harmonia, fazendo festas e comércio, ocupando a terra e convivendo com a natureza.

Hoje sobrevivem aqui 180 povos, e alguns mais, ainda arredios, sem contato com o branco. Povos que, segundo estudiosos, na década de 60, estavam condenados à extinção. Para espanto geral, esses povos se organizaram e aprenderam a se defender, não mais pela flecha ou borduna, mas conhecendo as leis e seus direitos, se organizando e discutindo os problemas comuns e lentamente a população indígena cresce, deixando longe esse tempo em que se pensava que deixariam de existir.

Esses povos estão agora integrados nas lutas nacionais, ao lado do trabalhador sem-terra, do operário e das minorias, pensam nos recursos naturais de sua terra, formam cooperativas, criam escolas alternativas, onde professores são índios que ensinam em português e na língua materna, concorrem a eleições e pensam na Constituinte.

Mas nem tudo mudou. As perseguições e assassinatos continuam, as invasões de terras, os projetos de colonização e desenvolvimento do governo, a exploração da madeira e dos minérios. E o povo indígena está pronto para enfrentar essa situação e sair vitorioso porque ele é o aliado do futuro.



FOTO — CLÁUDIA ANDUJAR



Assembléia Indígena Yanomami — 1986

Índio — quem é esse

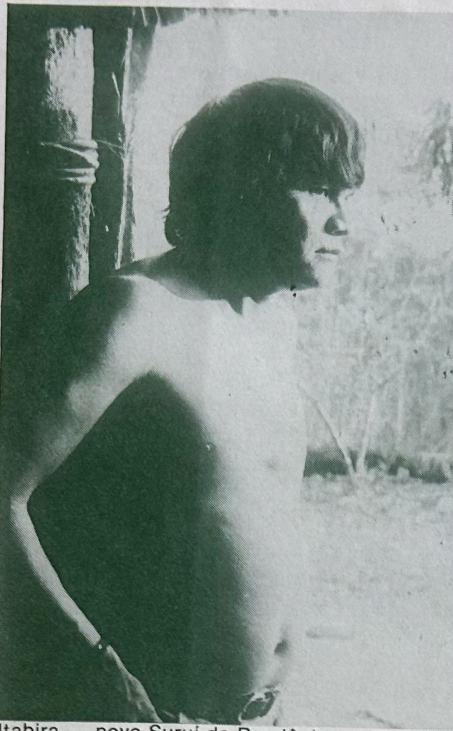


Foto: Luis Paulino

Itabira — povo Surui de Rondônia

UNI o povo indígena se organiza

A UNI — União das Nações Indígenas — é a maneira que o povo indígena encontrou para se juntar e defender sua terra. A UNI é a organização dos povos indígenas no Brasil.

“Não vai ser negócio da FUNAI, nem de Missão, nem mistura, mas vai ser independente, só índio, fora de qualquer política”. Antonio — povo Tirió (Amapá).

“A UNI foi criada em Campo Grande, no dia 19 de abril de 1980. Por que nasceu a UNI? Justamente como consequência da opressão aos povos indígenas que vinham sofrendo não só deste tempo, mas durante mais de quatro sé-

Índio é um termo genérico que significa aquele que não é o branco que aqui chegou, é o primeiro habitante do país. Mas cada índio é um índio, cada povo é um povo. Completamente diferente. Cada um tem um jeito de fazer casa, de falar, de fazer festa e casamento, de fazer música, roça, caçada. Alguns já estão em contato com o branco há muito tempo como os Guarani, Potiguara, Xocó. Já usam roupa, conhecem a religião do branco, falam português. Outros estão no meio da floresta e nem sabem que existem outros povos, outras línguas, outras formas de viver. Sabem apenas que estão ameaçados e que o progresso que chega significa a sua extinção, por isso fogem e fazem guerra aos invasores.

Há povos que conheceram o branco há tempo e decidiram que nada dessa civilização lhes interessa. E há os que convivem harmoniosamente com outras culturas. Cada povo é um povo. Têm em comum o amor e a necessidade da terra, o apego às tradições e crenças, a certeza de seus direitos e do modo de vida que querem ter.

culos”. Álvaro — povo Tukano (Amazonas).

“O objetivo da UNI é articular e organizar o povo indígena, dentro de sua tradição cultural, através dos Conselhos, nas comunidades. É levar ao povo indígena informações para que ele possa se defender e reivindicar seus direitos junto a quem realmente manda, diretamente ao presidente da república, junto aos ministros. Organizar o povo indígena significa autonomia, autodeterminação, respeito às particularidades de cada povo, ao seu momento e às suas expectativas de vida”. Ailton — povo Krenak (Minas Gerais).

“Desde 1984 que a UNI tem Conselhos Indígenas. O Conselho é a reunião dos representantes das Nações Indígenas de cada região e para cada região há um coordenador. A função do coordenador e do Conselho é acompanhar o que acontece nas comunidades, ir às reuniões e discutir com os companheiros, na volta para a sua área, relatar o que viu, as decisões tomadas e as informações que aprendeu”. Jornal Indígena.

O Estado e o índio

Desde que o branco chegou ao Brasil, há normas e leis que regulam as relações com os povos indígenas que aqui habitavam e habitam. No primeiro período, as leis se manifestavam através das cartas régias que o rei de Portugal enviava à Colônia. O direito do povo indígena à terra sempre foi reconheci-

do, assim como sua autonomia como nações diferenciadas, com organização social e política próprias. Mas, esses conceitos nunca foram respeitados e o índio, desde o século XVI, foi escravizado e teve sua terra invadida.

Os índios sempre reagiram e se defenderam. Há exemplos até mesmo na his-

tória oficial do Brasil: a Confederação dos Tamoios deu trabalho aos portugueses, no litoral sul, por mais de 17 anos. Houve a guerra dos Potiguara, no nordeste, por mais de 20 anos, a resistência de Ajuricaba e do povo Maíno, no Rio Negro, e há centenas de exemplos mais recentes.

Quando aqui se instalou o Império, as coisas pioraram para as populações indígenas. Reconhecidas como povos livres, com direito à terra e tudo mais, foram consideradas, como incapazes e submetidas à tutela dos “diretores de índios”. O objetivo era a assimilação. Os índios, até então nômades, foram aldeados em pequenos territórios, vigiados, obrigados a trabalhar e passaram a conviver com a população branca através de projetos de colonização e miscigenação. Mais tarde, no final do século XIX, essas aldeias que já tinham se transformado em vilas, deixam de ser consideradas terras indígenas “pois ali não viviam índios, eram já aculturados e não se justificava proteção da lei”.

O primeiro órgão federal indigenista foi criado já na república: o Serviço de Proteção ao Índio-SPI, cujo objetivo também era promover a assimilação da população indígena, mas de forma humana, respeitando o seu ritmo próprio.

A primeira referência a índios na Constituição brasileira foi em 1934 e

garantia o direito ao território. Hoje, os povos indígenas estão sob a proteção do Estatuto do Índio, que garante a posse da terra e usufruto exclusivo das riquezas, e sob a tutela da FUNAI, por serem considerados relativamente capazes.

“A FUNAI, ela promete lá, com mercadorias, com dinheiro, com trator, caminhão e nunca nós aceitamos, nem é de aceitar. O que nós aceitamos é só as terras pra nós trabalhar”. José — povo Apurinã (Acre).

“As crianças estão tudo morrendo, de fome, de doença. O branco invadiu a área, cortou floresta, destruiu tudo. Agora não tem mais caça, não tem mais comida. Fica tudo doente, morrendo e a Funai não faz nada. Nós é que temos que fazer”. Anine — povo Suruí (Rondônia).

“Nós vivemos quase cem anos como escravo. Marcado no ombro e no rosto de ferro quente, com a marca do patrão de seringa. Não sabia dos nossos direitos, nós não conhecia outras gentes, outro povo indígena, nunca o governo defendeu nosso povo. Agora somos livres, botamos os patrões para fora. Agora cortamos seringa e vendemos na cooperativa. Ciam — povo Caxinawá (Acre).

ARQUIVO UNI



Assembleia Indígena — Itacoatiara — 1986

As ameaças

São muitas as ameaças que pesam sobre os povos indígenas e o Governo Federal não respeita a Constituição que ainda está em vigor.

Apenas 14% das terras indígenas estão demarcadas e, mesmo assim, muitas já estão invadidas. O governo sempre cria meios de levar avante sua política de ocupação do território Nacional e de “defesa” das fronteiras e o índio, que durante séculos foi considerado pelo Estado como defensor de nossas fronteiras, hoje é expulso de seu território ou sofre um processo de assimilação através de projetos de colonização e ocupação militar de seu território.

No final do século passado, o governo empreendeu guerras de extermínio a

povos indígenas no Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo e Santa Catarina. Pagava-se aos bugreiros por pares de orelhas de índios mortos.

Hoje, o Projeto Calha Norte, criado pelo Conselho de Segurança Nacional prevê uma faixa de fronteira de 150 km de largura ao longo de toda fronteira norte com a Colômbia, Venezuela, Suriname e Guiana, num total de 6.500 km., atingindo diretamente cerca de 100 mil índios. Não há nada claro sobre os objetivos e forma de implantação desse projeto, sabe-se apenas que ele prevê a ocupação militar da área, a criação de núcleos populacionais e colônias agrícolas e a abertura às minerasoras que vão extrair dali minérios que representam a “salvação nacional”. O povo brasileiro com certeza não foi consultado, muito menos as populações indígenas.

O projeto de recuperação energética do Brasil também vai inundar grande parte do território nacional, com barragens cortando os rios do centro-oeste e norte do país, inundando florestas, áreas indígenas e cidades. São mais de 160 barragens e hidrelétricas projetadas até o ano 2.000, cerca de 60 em áreas indígenas.

As empresas de mineração entraram, junto ao Departamento Nacional de Produção Mineral, no Ministério das Minas e Energia, com mais de 1.500 alvarás de pesquisa e lavra, quase todos incidem sobre áreas indígenas.

Constituinte

Desde 1984 o povo indígena participa do processo político junto com o povo brasileiro, reivindicando eleições diretas, reforma agrária e participação na Constituinte. Em Assembléia Indígena Nacional, ficou decidido que o movimento indígena lutaria por participação étnica na Constituinte, sem concorrer às eleições. Isso não foi aceito pela Comissão Afonso Arinos e o movimento

indígena decidiu então lançar candidatos escolhidos pelas próprias comunidades. Esses candidatos enfrentaram vários problemas, principalmente a falta de recursos para a campanha. Nenhum índio foi eleito. Agora, com apoio de outras entidades, que integram a Campanha Índios na Constituinte, luta-se pela aprovação de um programa mínimo que prevê:

RECONHECIMENTO DOS DIREITOS TERRITORIAIS dos povos indígenas como os primeiros habitantes do Brasil.

DEMARCAÇÃO E GARANTIA DAS TERRAS INDÍGENAS.

USUFRUTO EXCLUSIVO, PELOS POVOS INDÍGENAS, das riquezas naturais existentes no solo e subsolo dos seus territórios.

REASSENTAMENTO, EM CONDIÇÕES DIGNAS E JUSTAS DOS POSEIROS pobres que se encontram em terras indígenas.

RECONHECIMENTO E RESPEITO ÀS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS E CULTURAIS dos povos indígenas com seus projetos de futuro, além das garantias da plena cidadania.

Marçal Guarani

Marçal de Souza — Tupã Y, foi um grande líder que lutou muito pela união de seu povo e pela defesa das comunidades Guarani e Kaiwá, do Mato Grosso do Sul. Nunca calou diante dos absurdos cometidos pelos poderosos e diante da omissão do Governo. Por isso mesmo perdeu a vida. Foi assassinado a tiros, dentro de sua casa, na aldeia onde trabalhava como enfermeiro. Os criminosos e os mandantes nunca foram punidos e o povo Guarani-Kaiwá ainda luta, agora muito mais forte e unido, pela punição dos responsáveis e pelos seus direitos, à terra e a uma vida digna.

Quando João Paulo II visitou o Brasil, Marçal falou ao Papa em nome dos povos indígenas e é esse pequeno discurso que reproduzimos a seguir:

“Santidade João Paulo II, eu sou representante da grande tribo guarani, quando nos primórdios, com o descobrimento dessa grande Pátria, nós éramos uma grande Nação. E hoje eu não poderia, como representante dessa nação, que vive hoje à margem da chamada civilização, Santo Padre, não poderíamos nos calar pela sua visita nesse país.

Como representante, porque não dizer de todas as nações indígenas que habitam este país que está ficando tão pequeno para nós e tão grande para aqueles que nos tomaram esta pátria.

Somos uma nação subjugada pelos potentes, uma nação espoliada, uma nação que está morrendo aos poucos sem encontrar o caminho, porque aqueles que nos tomaram este chão não têm dado condições para a nossa sobrevivência, Santo Padre.

Nossas terras são invadidas, nossas terras são tomadas, os nossos territórios são diminuídos, não temos mais condições de sobrevivência, pesamos a vossa santidade a nossa miséria, a nossa

tristeza pela morte de nossos líderes assassinados friamente por aqueles que tomam nosso chão, aquilo que para nós representa a nossa própria vida e a nossa sobrevivência nesse grande Brasil, chamado um país cristão.

Represento aqui o centro-sul desse grande país, a nação Kaingang que recentemente perdeu o seu líder; foi assassinado Pankarare no nordeste. Perdeu seu líder porque quis lutar pela nossa nação. Queria salvar a nossa nação, trazer a redenção para o nosso povo, mas não encontrou redenção, mas encontrou a morte. Ainda resta uma esperança para nós com a sua visita, Santo Padre, o senhor poderá levar fora dos nossos territórios pois nós não temos condições, pois somos subjugados pelos potentes, a nossa voz é embargada por aqueles que se dizem dirigentes desse grande país. Santo Padre, nós depositamos uma grande esperança na sua visita em nosso país. Leve o nosso clamor, a nossa voz por outros territórios que não são nossos, mas que o povo, uma população mais humana, lute por nós porque o nosso povo, a nossa nação indígena está desaparecendo no Brasil, este é o país que nos foi tomado. Dizem que o Brasil foi descoberto, o Brasil não foi descoberto não, Santo Padre, o Brasil foi invadido e tomado dos indígenas no Brasil, esta é a verdadeira história, nunca foi contada a verdadeira história do nosso povo, Santo Padre. Eu deixo aqui o meu apelo, apelo de mais de 200 mil indígenas que habitam, lutam pela sua sobrevivência nesse país tão grande e tão pequeno para nós, Santo Padre. Depositamos no senhor, como representante da igreja católica, chefe da humanidade, que leve a nossa voz para que ainda a nossa esperança encontre repercussões no mundo internacional, esta é a mensagem que deixo para o senhor”.

Constituinte

Desde 1984 o povo indígena participa do processo político junto com o povo brasileiro, reivindicando eleições diretas, reforma agrária e participação na Constituinte. Em Assembleia Indígena Nacional, ficou decidido que o movimento indígena lutaria por participação étnica na Constituinte, sem concorrer às eleições. Isso não foi aceito pela Comissão Afonso Arinos e o movimento programa mínimo que prevê:

RECONHECIMENTO DOS DIREITOS TERRITORIAIS dos povos indígenas como os primeiros habitantes do Brasil.

DEMARCAÇÃO E GARANTIA DAS TERRAS INDÍGENAS.

USUFRUTO EXCLUSIVO, PELOS POVOS INDÍGENAS, das riquezas naturais existentes no solo e subsolo dos seus territórios.

REASSENTAMENTO, EM CONDIÇÕES DIGNAS E JUSTAS DOS POSEIROS pobres que se encontram em terras indígenas.

RECONHECIMENTO E RESPEITO ÀS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS E CULTURAIS dos povos indígenas com seus projetos de futuro, além das garantias da plena cidadania.

Marçal Guarani

Marçal de Souza — Tupã Y, foi um grande líder que lutou muito pela união de seu povo e pela defesa das comunidades Guarani e Kaiwá do Mato Grosso do Sul. Nunca calou diante dos abusos cometidos pelos poderosos e surdos diante da omissão do Governo. Por isso mesmo perdeu a vida. Foi assassinado a tiros, dentro de sua casa, na aldeia onde trabalhava como enfermeiro. Os criminosos e os mandantes nunca foram punidos e o povo Guarani-Kaiwá ainda luta, agora muito mais forte e unido, pela punição dos responsáveis e pelos seus direitos, à terra e a uma vida digna.

Quando João Paulo II visitou o Brasil, Marçal falou ao Papa em nome dos povos indígenas e esse pequeno discurso que reproduzimos a seguir: "Santidade João Paulo II, eu sou representante da grande tribo guarani, quando nos primórdios, com o descobrimento dessa grande Pátria, nós eramos uma grande Nação. E hoje eu não poderia, como representante dessa nação, que vive hoje à margem da chamada civilização, Santo Padre, não poderíamos nos calar pela sua visita nesse país.

Como representante, porque não dizer de todas as nações indígenas que habitam este país que está ficando tão pequeno para nós e tão grande para aqueles que nos tomaram esta pátria. Somos uma nação subjugada pelos potentes, uma nação espoliada, uma nação que está morrendo aos poucos sem encontrar o caminho, porque aqueles que nos tomaram este chão não têm dado condições para a nossa sobrevivência, Santo Padre.

Nossas terras são invadidas, nossas terras são tomadas, os nossos territórios são diminuídos, não temos mais condições de sobrevivência, pensamos a vossa santidade a nossa miséria, a nossa



JORNAL INDÍGENA

Edição especial

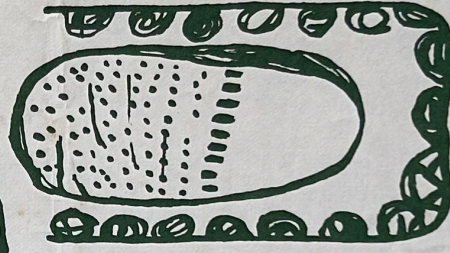
Abril — 1987

ARQUIVO CEDI



POVO KRENAK

Esta edição especial do Jornal Indígena foi elaborada para subsidiar as pesquisas dos alunos de primeiro e segundo grau que procuram a UNI em busca de informações. Há vários livros que falam sobre a questão indígena, escritos por antropólogos, pesquisadores, gente ligada ao CIMI, às universidades... Mas existe pouco material publicado com a visão do próprio índio sobre sua história e as relações com o branco. Com esta edição do Jornal Indígena esperamos estar colaborando para levantar questões que normalmente não são debatidas, formas de encerrar o índio que não são comuns nos livros de história. É apenas um começo de conversa. Esperamos poder continuá-la.



Este jornal é um trabalho do Núcleo de Cultura Indígena da União das Nações Indígenas
Correspondência para a Coordenação Nacional da UNI — Rua Ministro Godoy 1484 — sala 57 — Perdizes — São Paulo — CEP 05015.

Jornal Indígena contou com a colaboração de: Angela M. Pappiani e João Carlos Pereira Jr.

O Brasil não foi descoberto, foi invadido.

(Angelo Kretz — líder do povo Kaingang do Rio Grande do Sul, assassinado em 1979, em defesa de sua gente).

Quando o povo europeu chegou aqui, viviam nesse espaço que hoje é chamado de Brasil, cerca de 900 nações indígenas, com línguas, costumes, religião, organização social e política diferentes, talvez mais de 10 milhões de pessoas, em harmonia, fazendo festas e comércio, ocupando a terra e convivendo com a natureza.

Hoje sobreviveram aqui 180 povos, e alguns mais, ainda arreios, sem contato com o branco. Povos que, segundo estudiosos, na década de 60, estavam condenados à extinção. Para espanto geral, esses povos se organizaram e aprenderam a se defender, não mais pela flecha ou borduna, mas conhecendo as leis e seus direitos, se organizando e discutindo os problemas comuns e lentamente a população indígena cresce, deixando longe esse tempo em que se pensava que deixariam de existir.

Esses povos estão agora integrados nas lutas nacionais, ao lado do trabalhador sem-terra, do operário e das minorias, pensam nos recursos naturais de sua terra, formam cooperativas, criam escolas alternativas, onde professores são índios que ensinam em português e na língua materna, concorrem a eleições e pensam na Constituinte.

Mas nem tudo mudou. As perseguições e assassinatos continuam, as invasões de terras, os projetos de colonização e desenvolvimento do governo, a exploração da madeira e dos minérios. E o povo indígena está pronto para enfrentar essa situação e sair vitorioso porque ele é o aliado do futuro.



Índio — quem é esse

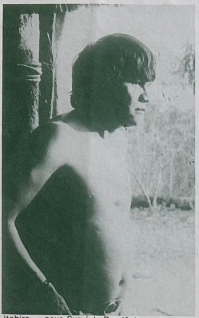


Foto Luis Paulino

Itabira — povo Suruí de Rondônia

UNI o povo indígena se organiza

A UNI — União das Nações Indígenas — é a maneira que o povo indígena encontrou para se juntar e defender sua terra. A UNI é a organização dos povos indígenas no Brasil.

"Não vai ser negócio da FUNAI, nem de Missão, nem mistura, mas vai ser independente, só índio, fora de qualquer política". Antonio — povo Tirio (Amapá).

"A UNI foi criada em Campo Grande, no dia 19 de abril de 1980. Por que nasceu a UNI? Justamente como consequência da opressão aos povos indígenas que vinham sofrendo não só deste tempo, mas durante mais de quatro sé-

culos". Álvaro — povo Tukano (Amazonas).
"O objetivo da UNI é articular e organizar o povo indígena, dentro de sua tradição cultural, através dos Conselhos, nas comunidades. É levar ao povo indígena informações para que ele possa se defender e reivindicar seus direitos junto a quem realmente manda, diretamente ao presidente da república, junto aos ministros. Organizar o povo indígena significa autonomia, autodeterminação, respeito às particularidades de cada povo, do seu momento e às suas expectativas de vida". Ailton — povo Krenak (Minas Gerais).
"Desde 1984 que a UNI tem Conselhos Indígenas. O Conselho é a reunião dos representantes das Nações Indígenas de cada região e para cada região há um coordenador. A função do coordenador e do Conselho é acompanhar o que acontece nas comunidades, ir às reuniões e discutir com os companheiros, na volta para a sua área, relatar o que viu, as decisões tomadas e as informações que aprendeu". Jornal Indígena.

Índio é um termo genérico que significa aquele que não é o branco que aqui chegou, é o primeiro habitante do país. Mas cada índio é um indivíduo, cada povo é um povo. Completamente diferente. Cada um tem um jeito de fazer casa, de falar, de fazer festa e casamento, de fazer música, roça, caçada. Alguns já estão em contato com o branco há muito tempo como os Guarani, Potiguara, Xocó. Já usam roupa, conhecem a religião do branco, falam português. Outros estão no meio da floresta e nem sabem que existem outros povos, outras línguas, outras formas de viver. Sabem apenas que estão ameaçados e que o progresso que chega significa a sua extinção, por isso fogem e fazem guerra aos invasores.

Há povos que conhecem o branco há tempo e decidiram que nada dessa civilização lhes interessa. E há os que convivem harmoniosamente com outras culturas. Cada povo é um povo. Tem em comum o amor e a necessidade da terra, o apego às tradições, às crenças, a certeza de seus direitos e do modo de vida que querem ter.

culos". Álvaro — povo Tukano (Amazonas).

"O objetivo da UNI é articular e organizar o povo indígena, dentro de sua tradição cultural, através dos Conselhos, nas comunidades. É levar ao povo indígena informações para que ele possa se defender e reivindicar seus direitos junto a quem realmente manda, diretamente ao presidente da república, junto aos ministros. Organizar o povo indígena significa autonomia, autodeterminação, respeito às particularidades de cada povo, do seu momento e às suas expectativas de vida". Ailton — povo Krenak (Minas Gerais).

Desde 1984 que a UNI tem Conselhos Indígenas. O Conselho é a reunião dos representantes das Nações Indígenas de cada região e para cada região há um coordenador. A função do coordenador e do Conselho é acompanhar o que acontece nas comunidades, ir às reuniões e discutir com os companheiros, na volta para a sua área, relatar o que viu, as decisões tomadas e as informações que aprendeu". Jornal Indígena.

O Estado e o índio

Desde que o branco chegou ao Brasil, há normas e leis que regulam as relações com os povos indígenas que aqui habitavam e habitam. No primeiro período, as leis se manifestavam através das cartas régias que o rei de Portugal enviava à Colônia. O direito do povo indígena à terra sempre foi reconheci-

do, assim como sua autonomia como nações diferenciadas, com organização social e política próprias. Mas, esses conceitos nunca foram respeitados e o índio, desde o século XVI, foi escravizado e teve sua terra invadida.

Os índios sempre reagiram e se defenderam. Há exemplos até mesmo na his-

tória oficial do Brasil: a Confederação dos Tamoios deu trabalho aos portugueses, no litoral sul, por mais de 17 anos. Houve a guerra dos Potiguara, no nordeste, por mais de 20 anos, a resistência de Apuricaba e do povo Manao, no Rio Negro, e há centenas de exemplos mais recentes.

Quando aqui se instalou o Império, as coisas pioraram para as populações indígenas. Reconhecidas como povos livres, com direito à terra e tudo mais, foram consideradas, como incapazes e submetidas à tutela dos "diretores de índios". O objetivo era a assimilação. Os índios, até então nômades, foram aldeados em pequenos territórios, vigiados, obrigados a trabalhar e passaram a conviver com a população branca através de projetos de colonização e miscigenação. Mais tarde, no final do século XIX, essas aldeias que já tinham se transformado em vilas, deixaram de ser consideradas terras indígenas "pois ali não viviam índios, eram já aculturados e não se justificava proteção da lei".

O primeiro órgão federal indigenista foi criado já na república: o Serviço de Proteção ao Índio-SPÍ, cujo objetivo também era promover a assimilação da população indígena, mas de forma humana, respeitando o seu ritmo próprio.

A primeira referência a índios na Constituição brasileira foi em 1934 e

garantia o direito ao território. Hoje, os povos indígenas têm o direito à proteção do Estatuto do Índio, que garante a posse da terra e usufruto exclusivo das riquezas, e sob a tutela da FUNAI, por serem considerados relativamente capazes.

"A FUNAI, ela promete lá, com mercedarias, com dinheiro, com trator, carminha e nunca nós aceitamos, nem é de aceitar. O que nós aceitamos é só as terras pra nós trabalhar". José — povo Apuriná (Acre).

"As crianças estão tudo morrendo, de fome, de doença. O branco invadiu a área, cortou floresta, levou a terra. Agora não tem mais caça, não tem mais comida. Fica tudo doente, morrendo e a Funai não faz nada. Nós é que temos que fazer". Anine — povo Suruí (Rondônia).

"Nós vivemos quase cem anos como escravo. Marcado no ombro e no rosto de ferro quente, com a marca do patrão de seringa. Não sabia dos nossos direitos, nós não conhecíamos outras gentes, outro povo indígena, nunca o governo defendeu nosso povo. Agora somos livres, botamos os pais e os pais, agora cortamos seringa e vendemos na cooperativa. Clam — povo Caxinawá (Acre).

povos indígenas no Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo e Santa Catarina. Pagava-se aos bueiros por pares de orelhas de índios mortos.

Hoje, o Projeto Calha Norte, criado pelo Conselho de Segurança Nacional prevê uma faixa de fronteira de 150 km de largura ao longo de toda fronteira norte com a Colúmbia, Venezuela, Suriname e Guiana, num total de 6.500 km, atingindo diretamente cerca de 100 mil índios. Não há nada claro sobre os objetivos e forma de implantação desse projeto, sabe-se apenas que ele prevê a ocupação militar da área, a criação de núcleos populacionais e colônias agrícolas e a abertura às minadoras que vão extrair metais minérios que representam a "salvação nacional". O povo brasileiro com certeza não foi consultado, muito menos as populações indígenas.

O projeto de recuperação energética do Brasil também vai inundar grande parte do território nacional, com barragens cortando os rios do centro-oeste e norte do país, inundando florestas, áreas indígenas e cidades. São mais de 160 barragens e hidrelétricas projetadas até o ano 2.000, cerca de 60 em áreas indígenas.

As empresas de mineração entraram, junto ao Departamento Nacional de Produção Mineral, no Ministério das Minas e Energia, com mais de 1.500 alvarás de pesquisa e lavra, quase todos incidem sobre áreas indígenas.



Assembleia indígena — Itacatiara — 1986

As ameaças

São muitas as ameaças que pesam sobre os povos indígenas e o Governo Federal não respeita a Constituição que ainda está em vigor.

Apenas 14% das terras indígenas estão demarcadas e, mesmo assim, muitas já estão invadidas. O governo sempre cria meios de levar a vantagem política de ocupação do território Nacional e de "defesa" das fronteiras e o índio, que durante séculos foi considerado peão do Estado como defensor de nossas fronteiras, hoje é expulso de seu território ou sofre um processo de assimilação através de projetos de colonização e ocupação militar de seu território.

No final do século passado, o governo empreendeu guerras de extermínio a